

-----ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DO ANO
DE DOIS MIL E SEIS:-----

-----Ao vigésimo sétimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e seis, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** Actas das Sessões Extraordinária de 01/02/2006 e Ordinária de 22/02/2006: apreciação e aprovação;-----

-----**Ponto dois:** Leitura de Expediente;-----

-----**Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

-----II – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----III- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----**Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----

-----**Ponto dois:** Relatório de Gestão e Prestação de Contas – 2005: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto três:** 4ª Modificação Orçamental: 2ª Revisão ao Orçamento da Receita; 2ª

Revisão ao Orçamento da Despesa e 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2006: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto quatro:** Agrupamento de Escolas do concelho – Acordo de Colaboração: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto cinco:** Federação dos Bombeiros do Distrito de Beja – Convite para Sócio da Federação dos Bombeiros do Distrito de Beja: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto seis:** Proposta da Comissão Municipal de Turismo de Odemira: apreciação e deliberação.-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas vinte horas e cinquenta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e quatro membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, Alberto José de Jesus Santos (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, em substituição do senhor António Manuel de Oliveira Rita Viana, Presidente da Junta de Freguesia), Augusto Inácio Maria, Dinis Manuel Campos Nobre, Diogo Castanheira Vilhena, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Horácio de Oliveira Gonçalves, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, Ivo Romão Loução Martins (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Relíquias, em substituição do senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia), José Manuel dos Reis Guerreiro, José Vieira Ramos, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas,

Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Paula Cristina dos Santos Custódio, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, Fernando José Romão da Silva Valério, Humberto Inácio Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador e Mário Neves Páscoa Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras.-----

-----Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, Carlos Alberto Silva Oliveira e Hélder António Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à sessão ordinária realizada no dia vinte e dois de Fevereiro do ano de dois mil e seis, não tinha justificado a falta o senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago.-----

-----**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** ACTAS DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIA DE UM DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS E ORDINÁRIA DE VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados das actas em epígrafe, que foram previamente enviadas com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a leitura e imediatamente submetidas à discussão.-----

-----A) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE UM DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS:-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que referindo-se à vigésima quinta página, na décima sexta linha, considerou que o parágrafo deveria ser substituído pelo seguinte texto: “Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que, em tempos numa reunião que teve com técnicos do Parque Natural, para encontrarem uma solução para a estrada da praia do Carvalhal na parte da freguesia de S. Teotónio, estes exigiram que na reparação da estrada fosse usado um material que desconhecia, pelo que, foi proposto que fosse o Parque Natural a fornecer o material e a Junta de Freguesia fornecia a mão de obra. Até à data o Parque Natural não forneceu o material e não autorizou que fosse utilizado outro. O que considera caricato.”---

-----Esta proposta de alteração foi aprovada por consenso.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do texto definitivo daquela acta, o qual foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----B) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS:-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação do texto daquela acta, o qual foi aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

-----Seguidamente, fez uma chamada de atenção para os seguintes documentos do expediente:-----

-----a) Entrada número cento e vinte, datada de cinco de Abril do ano de dois mil e seis, sobre “Queixas apresentadas por Servipraia – Hotelaria e Turismo, Lda., ao abrigo do n.º 1 do artigo 16º, da Lei 65/93, de 26 de Agosto, com a redacção dada pela Lei 94/99, de 16 de Julho”, enviada pela CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos;-----

-----b) Entrada número cento e vinte e dois, datada de cinco de Abril do ano de dois mil e seis, sobre “Proposta de Regulamento da Carta de Desporto de Natureza do P.N.S.A.C.V.”;-----

-----c) Saída número cento e quatro, datada de dezanove de Abril do ano de dois mil e seis, sobre “Queixas apresentadas por Servipraia – Hotelaria e Turismo, Lda., ao abrigo do n.º 1 do artigo 16º, da Lei 65/93, de 26 de Agosto, com a redacção dada pela Lei 94/99, de 16 de Julho”, enviada à CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo-se ao Relatório Anual da Actividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Odemira, referente ao ano transacto, com a data de entrada de trinta de Março do corrente ano, informou que tinha endereçado um convite à Dr.ª Laura Fino, Presidente da citada Comissão para, que se assim o

entendesse, fizesse uma apresentação do trabalho desenvolvido no último ano. Revelou ainda que lhe tinha sido transmitido que havia todo o interesse em fazer a tal apresentação.-----

----Relembrou ainda que tinha sido no mandato anterior, que tinha surgido na Assembleia Municipal uma proposta ou uma recomendação à Câmara Municipal, no sentido de se desenvolverem os esforços para a criação da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Odemira.-----

----Por último, passou a palavra à Dr.^a Laura Fino que fez a apresentação sobre o trabalho desenvolvido pela citada Comissão durante o primeiro ano de vida.-----

-----Interveio o Dr.^a Laura Fino, que disse o seguinte: “Sou a Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Odemira e eu é que agradeço o convite que nos foi endereçado e é com muita honra que aqui estou a representar a Comissão e agradeço a oportunidade de divulgar aquilo que temos feito neste primeiro ano de funcionamento.-----

----Passaria a uma apresentação breve.-----

----Como o senhor Presidente referiu existe a obrigatoriedade de fazermos anualmente um relatório de avaliações da actividade da Comissão. Esse relatório deverá ser apresentado até Dezembro de cada ano.-----

----A apresentação é mais recente, para terem dados mais recentes que reportam a Março do ano de dois mil e seis”.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que perguntou em que condições uma família poderia ser considerada como família de acolhimento.-----

-----Interveio a Dr.^a Laura Fino que informou que quem estivesse interessado em ser “família de acolhimento”, deveria-se dirigir à Comissão de Protecção que faria o levantamento e encaminharia para a Segurança Social que era a responsável pela selecção.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “Projectos

imediatos? Qual é o pensar, o pulsar da Comissão sobre isso? De que mais estão à espera, até da própria população? Em que é que os membros da Assembleia Municipal e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia poderiam facilitar a vida à Comissão?”-----

-----Interveio novamente a Dr.^a Laura Fino que informou que o grande objectivo daquela Comissão era a prevenção, tentando resolver os problemas actuando precocemente. Referiu ainda que iriam tentar sensibilizar a comunidade, para prevenirem as situações de risco que acabariam por resultar em casos sinalizados e por muito esforço que existisse acabariam por ir parar aos tribunais”-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “Dr.^a Laura Fino quero-lhe agradecer, em nome da Mesa da Assembleia Municipal, por ter cá vindo e ter feito as considerações que fez e também lhe queria dizer que a Mesa da Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal terá todo o gosto em poder contribuir para aquilo que a Comissão achar que possa ser útil”-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração dos presentes a proposta apresentada pelo senhor José Ribeiro, na sessão ordinária de vinte e dois de Fevereiro do corrente ano, tendo sido na altura deliberado, incluir a mesma no terceiro ponto do período Antes da Ordem do Dia da presente sessão.-----

-----Interveio o senhor José Ribeiro que solicitou o adiamento da discussão da sua proposta para a próxima sessão ordinária deste órgão.-----

-----A sugestão do proponente foi aceite por consenso.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou todos os presentes acerca da exposição apresentada pela Servipraia, Ld^a, datada do dia três do corrente mês.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que esclareceu que o processo em questão tinha uma acção principal e uma providência cautelar que já tinha passado pela Assembleia

Municipal. Relembrou que um senhor Juiz do Tribunal de Lisboa tinha declarado suspenso o despacho de encerramento do Presidente da Câmara, datado de mil novecentos e noventa e nove, quando já existiam várias sentenças a favor da Autarquia, inclusive do Pleno Supremo do Tribunal. Relembrou ainda do processo de encerramento do Quebramar, sobre o corte da água e dos esgotos, tendo a Autarquia decidido restabelecer a ligação dos últimos, tendo em conta o local onde o estabelecimento estava inserido.-----

----Informou ainda que a empresa entendia que a decisão daquele juiz do Tribunal de Lisboa, lhe daria o direito a que fosse restabelecida a ligação da água e solicitou a sua execução. O entendimento da Câmara Municipal era no sentido de que se tratava de um processo à parte.----

----Em face do exposto, informou que: “O advogado da Câmara Municipal, Dr. Afonso Brigas, como estava a fazer o recurso na outra parte do processo, não observou e cometeu um lapso na contagem do prazo para a contestação, uma vez que o prazo seria o da providência cautelar e não o do processo principal”. Disse também que, tendo em conta que a contestação da Autarquia não tinha sido aceite, operava a petição da empresa Servipraia, Ld^a, no que dizia respeito à ligação da água, em termos de execução de sentença.-----

----Revelou ainda que o Dr. Afonso Brigas tinha lamentado o lapso, e bem assim que o assunto seria submetido à apreciação do Executivo Municipal.-----

----Referiu por último que a Câmara Municipal não tinha “pejo” em cumprir aquilo que o Tribunal tinha ordenado nessa fase do processo, pelo que nesse dia cumprindo aquilo que a lei determinava, produziu um despacho para o restabelecimento da água ao Quebramar.-----

----Disse ainda que não entendia o porquê de um Tribunal hierarquicamente inferior ter emitido uma sentença contrária à do Pleno do Supremo do Tribunal Administrativo, e bem assim que por esse motivo tinham feito a contestação a quem de direito.-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que passou a palavra à senhora Paula Custódio, Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal para

fazer uma abordagem à reunião sobre “cuidados de Saúde no Litoral Alentejano” que se realizou no passado dia cinco de Abril, nos Paços do Concelho de Santiago do Cacém, na qual estiveram presentes os membros da Mesa da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio a senhora Paula Custódio que informou que os membros da Mesa da Assembleia Municipal tinham estado presentes na reunião em causa, que tinha sido presidida pelo Dr. Sérgio Bento, Presidente da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém e que vinha no seguimento da deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Odemira, na sua sessão ordinária de vinte e três de Dezembro do ano transacto. Disse ainda que tinha sido debatido o funcionamento dos cuidados médicos de saúde primários e secundários nos Municípios que integravam o Litoral Alentejano, bem como a questão do hospital da Santiago do Cacém.-----

----Disse ainda que o Dr. Sérgio Bento tinha proposto a realização de uma sessão conjunta das Assembleias Municipais dos Municípios do Litoral Alentejano que, no momento, decidiram não fazer.-----

----Disse também que tinham averiguado que a situação de carência de cuidados de saúde era genérica por todos os Municípios.-----

----Por último, informou que, em termos de conclusão, tinha ficado decidido agendar uma reunião com a Direcção do Hospital de Santiago do Cacém, no sentido de se verificar as valências que existiam no hospital, e bem assim agendar uma reunião com a Associação Regional de Saúde, o Ministério da Saúde e os Directores dos Centros de Saúde do Litoral Alentejano. Disse também que tinha sido equacionada a marcação de uma reunião com o Instituto de Estradas de Portugal para verificarem a questão do IC4 e das acessibilidades ao Hospital de Santiago do Cacém.-----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que informou que há cerca de um mês tinha-se partido um cano da ETAR de Vila Nova de Milfontes e o esgoto estava a correr a céu aberto, com todos os inconvenientes que daí advinham. Em face do exposto, questionou se já tinham

tomado as providências necessárias para regularizar a situação.-----

-----Interveio a senhora Vanda Ribeiro que perguntou se a Câmara Municipal de Odemira já tinha recebido a Carta Educativa, e bem assim se já poderia aceder a ela.-----

-----Perguntou ainda qual era o valor que o Ministério da Educação transferia para a Câmara Municipal, por aluno. Revelou que esta questão tinha a ver com uma reunião que tinha havido entre a Senhora Ministra da Educação e os Directores dos Agrupamentos, onde tinham sido mencionados números.-----

-----Interveio o senhor Leonel Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, que perguntou em que situação se encontrava o Bairro Municipal, a terceira fase do alcatroamento das ruas de Pereiras-Gare e a electrificação dos acessos ao caminho de ferro.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que considerou que “A Carta Educativa” era um assunto pertinente e que interessava a todos e que deveria ser mais amplamente debatido, para que quando chegasse às mãos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e até mesmo dos pais não viesse já como um facto consumado.-----

-----Por último, questionou em que fase se encontrava o processo de elaboração da Carta Educativa, e bem assim se poderia ter acesso a ela.-----

-----Interveio a senhora Telma Guerreiro que referindo-se ainda à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira, lembrou que existiam vários casos de crianças que estavam em instituições fora do concelho e até do Distrito de Beja, quando o trabalho deveria ser feito através da proximidade daquelas com as famílias.-----

-----Em face do exposto, considerou que a criação de um Centro de Acolhimento Temporário no concelho de Odemira, seria uma necessidade gritante, e bem assim apelou ao empenhamento da Câmara Municipal nesse sentido.-----

-----Interveio a senhora Helena Loermans que informou que tinha sido afixado na Junta de Freguesia de Pereiras-Gare um alerta à população para o facto de existirem símbolos que

estavam a ser desenhados nas portas de várias habitações que indicavam uma determinada situação. Informou ainda que a porta da sua habitação também tinha um símbolo e ao questionar a Guarda Nacional Republicana de Portimão, tinha ficado a saber que se tratava de uma estratégia pertencente a um grupo criminal.-----

----Em face do exposto, questionou se em todas as freguesias do concelho de Odemira isso estava a acontecer, se a população estaria sensibilizada, e bem assim se a Guarda Nacional Republicana poderia estar mais atenta ao assunto em questão.-----

-----Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que informou que desconhecia o assunto exposto pela senhora Helena Loermans.-----

----Referiu também que tinha sido informado que os esgotos do Canil Municipal de Odemira estavam ligados directamente ao rio. Considerou que uma obra daquela envergadura deveria ter pelo menos uma fossa.-----

-----Interveio novamente o senhor Leonel Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, que informou relativamente à questão dos símbolos, que a Guarda Nacional Republicana tinha-lhe remetido um ofício e uns panfletos para divulgação junto da população.--

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que disse: “Desconhecia isso. Os agentes da GNR da minha freguesia, ninguém me avisou que os assaltantes já tinham códigos para marcar as portas dos possíveis locais onde vão assaltar (...) Se há alguma coisa, quem puder fazer chegar a informação, agradecia para ficarmos atentos”.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que também desconhecia a questão dos símbolos e informou que em tempos a GNR tinha solicitado que fossem distribuídos pela população residente em montes isolados, cartões com o número de telefone da Junta de Freguesia, dos Bombeiros Voluntários e da GNR para eventual necessidade.-----

-----Ás questões colocadas, interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a situação da ETAR de Vila Nova de Milfontes já estava normalizada. Quanto ao Bairro Municipal de Pereiras-Gare, informou que estavam a ultimar as medições para ser presente à reunião do Executivo Municipal, no entanto continuavam a subsistir dúvidas quanto à questão do “lote verde/ urbano” e ao que se encontrava fora da área de perímetro urbano.-----

-----Relativamente à electrificação, informou que o projecto estava a ser elaborado, e bem que assim já tinha transmitido à EDP para que a obra fosse por administração directa, dada a urgência da questão.-----

-----Disse também: “ Fiquei muito preocupado com o assunto que a senhora Helena Loermans trouxe. Eu não tinha ouvido falar nisso, pode ser complicado. Eu pedia ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, para fazer chegar a informação sobre isso, porque reunimos periodicamente com a GNR e isso tem que ir para cima da mesa.”-----

-----Por último, quanto à questão do canil municipal, informou que iria falar com o senhor Vereador responsável pelo pelouro.-----

-----Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou que a Carta Educativa se encontra num processo de elaboração através da Associação de Municípios Baixo Alentejo e Alentejo Litoral e da Escola Superior de Educação de Beja. Disse também que, em tempos, tinham recebido uma primeira proposta de Carta Educativa, e bem assim revelou que o processo estaria terminado no final do corrente ano.-----

-----Informou ainda que: “Há quinze dias, tendo em conta uma solicitação da própria Direcção Regional de Educação, foi necessário ter uma reunião de emergência, para já com os Agrupamentos, a Escola Secundária, o Jardim-de-infância, o Colégio de Vila Nova de Milfontes e a Fundação de Odemira. Tentamos alargar a todos os agentes directamente educativos, no sentido de corrigir algumas coisas que tinham a ver, numa primeira fase, com a questão do quadro de pessoal dos diferentes Agrupamentos.” Referiu ainda que não tinha

estado presente o representante das associações de pais, porque ainda não estava eleito na altura.-----

-----Informou ainda que: “No dia vinte e três de Maio vamos ter uma outra reunião novamente com os agentes educativos, para afinarmos então a revisão que foi feita aos elementos que estavam incorrectos e afinarmos uma metodologia sobre discussão aberta. Obviamente, um dos agentes que vai ter de estar nessa reunião tem que ser, as Juntas de Freguesia, porque têm implicações sobre vários aspectos, designadamente transportes escolares e as suas próprias comunidades”.-----

-----Por último, referiu que a Carta Educativa era um documento complementar do Plano Director Municipal e devia representar muito bem, uma discussão alargada com toda a gente. Informou também que o documento em causa teria de ser aprovado em sede do Conselho Municipal de Educação e da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que também existia na Câmara Municipal um documento que, na altura, chamava-se “Carta Escolar do Concelho de Odemira”, elaborado em mil novecentos e noventa e três que procedia ao planeamento do concelho e continha elementos muito importantes.-----

-----Inteveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que disse: “Todos os elementos pertinentes à elaboração da Carta Educativa foram entregues na Escola Superior de Educação de Beja, numa reunião em que na altura estive presente, entre os quais um documento que encontramos na Câmara Municipal datado de mil novecentos e noventa e três, que foi elaborado por um departamento mais ligado à parte pedagógica do Ministério da Educação e não à parte financeira, que era o que estava a ditar as novas regras”.-----

-----Quanto às transferências do Ministério da Educação para a Câmara Municipal, considerou que se deveria ter de desmistificar a situação e referiu que: “o grande trabalho que está a ser feito em termos de educação, está a ser mandado para cima das costas dos Municípios”.-----

-----Informou também que constantemente eram transferidas para as Autarquias competências, mas não enviavam verbas aos Municípios para fazerem face a essas competências. Disse ainda que as verbas eram transferidas em globo.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**II – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Interveio a senhora Engenheira Manuela Forte que disse o seguinte: “Boa noite! Manuela Forte. Resolvi vir à Assembleia Municipal hoje acompanhada de duas ou três mães, exactamente porque estamos aqui na qualidade de mães e porque pretendíamos apresentar à Assembleia Municipal um assunto que penso que deve merecer a nossa e a vossa atenção.-----

-----Este assunto prende-se com o seguinte: Sabemos que com alguma frequência são organizadas, geralmente pelos alunos da Escola Secundária, tardes de convívio, geralmente conhecidas pelas célebres matinés. Nessas matinés por um pagamento simbólico, todos os jovens têm acesso. Considerando que a maioria desses jovens são menores de idade e que a grande parte deles possuem menos de dezasseis anos, torna-se incompreensível que a venda livre de álcool possa ocorrer no interior destes convívios.-----

-----Considerando que a realização destas matinés carece de um licenciamento do Município de Odemira, perguntamos se não será altura de se cumprirem as condições previstas no Decreto-Lei número nove barra dois mil e dois, de vinte e quatro de Janeiro, que diz respeito à venda de bebidas alcoólicas (...) no artigo segundo diz-se que é proibido vender ou com objectivos comerciais colocar à disposição bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público, a menores de dezasseis anos e a quem se apresente notoriamente embriagado ou aparente possuir anomalias psíquicas; no artigo terceiro diz que estas proibições devem constar de aviso afixado de forma visível nos locais públicos e abertos ao público.-----

-----A questão é de reflexão obviamente. Das duas uma, ou as matinés não têm licenciamento,

ou eventualmente têm que se fazer cumprir estas regras no interior desses convívios.-----

-----Pode-se dizer que os jovens têm que ser conscientes e se lá vão, não podem beber, mas não vamos contar com isso! Também sabemos que o álcool é muito apelativo, que a publicidade existe em redor, mas o que nós estamos a referenciar é concretamente a emissão de licenciamento para estas matinés. Penso que é um assunto de reflexão.”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que não se recordava, durante a sua passagem pela Câmara Municipal de alguma vez ter sido passada uma licença para uma matiné dançante a pedido de uma qualquer associação de estudantes.-----

-----Questionou também se os locais onde se realizavam as matinés eram instalações municipais, quem autorizava a sua realização, e bem assim de quem era a responsabilidade de levar a bebida alcoólica para esses locais, uma vez que para a venda de bebidas alcoólicas, também era necessário ter uma licença.-----

-----Por último, disse que estava disposto a aprofundar a análise dessa questão, no sentido de poderem encontrar uma resolução para esse problema.-----

-----Interveio novamente a senhora Engenheira Manuela Forte que disse: “...as últimas matinés decorreram nos antigos celeiros da EPAC. Não sei a quem é que pertencem. Quem organiza geralmente é a Associação de Estudantes da Escola Secundária e quem leva as bebidas lá para dentro são os organizadores (...)”.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso, membro da Assembleia Municipal de Odemira que informou que já tinha sido Presidente da Associação de Estudantes e já tinha organizado muitas matinés. Disse ainda que, na altura, as matinés realizavam-se no salão do Sport Clube Odemirense e eram autorizadas pela Câmara Municipal. Disse ainda que não se recordava se seria necessário algum documento para a venda de bebidas.-----

-----Informou também que numa altura em que não tinha sido possível a realização da matiné no Sport Clube Odemirense, resolveram fazê-la na Escola Secundária de Odemira, com a

restrição de não ser vendida qualquer bebida alcoólica. Revelou que a consequência tinha sido pior, porque nas matinés que eram realizadas fora da escola “o pessoal bebia cerveja, enquanto naquela o pessoal apostou no forte, nas vodkas (...)” que não tinham sido vendidas por eles.----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu que anteriormente era passado um simples documento, da Delegação Geral dos Espectáculos, como um licenciamento ocasional e precário. Revelou ainda que a Câmara Municipal, em tempos, tinha interferido nas matinés que se realizavam no Sport Clube Odemirense, em virtude das várias situações que surgiram de jovens com álcool.-----

-----Disse também: “(...) temos todos de ver o que se pode dar de alternativa a estes jovens, um sitio em que eles possam fazer as matinés com muita transparência, com muita abertura, para que as pessoas os vissem e que elas possam conviver para que (...) não abusem do álcool”.

-----Interveio o senhor Raul Tomás que considerou que os contornos do problema em causa, não se prendiam só com o consumo de álcool, mas também com a problemática da droga e a segurança contra incêndios, porque os jovens estavam em recintos que não eram legalizados.-----

-----Considerou ainda que o Município deveria ponderar bem sobre os recintos utilizados e propôs uma solução para que os jovens se pudessem integrar inclusivamente com os mais velhos. Considerou também que a questão do álcool tinha de ser encarada como um problema da sociedade, para o qual tinham de encontrar uma solução.-----

-----Por último, lembrou que os estabelecimentos de restauração e bebidas estavam sujeitos a uma série de legislação específica para poderem funcionar e considerou que estava na altura de as fazer aplicar em muitos estabelecimentos de restauração e bebidas, em Odemira.-----

-----Interveio a senhora Anne Matos que disse o seguinte: “Eu para além de ser mãe também sou empresária e tenho um estabelecimento de venda de bebidas alcoólicas e não tenho lá miúdos e as minhas filhas não levam para lá os amigos, porque sabem que nós não gostamos

que os amigos bebam álcool e portanto eles próprios não se sentem bem em frequentar o Quebramar. Mas sei que existem estabelecimentos em Vila Nova de Milfontes que não “existem”, mas que laboram, que vendem shots a setenta cêntimos a miúdos, atestado pela própria guarda e pessoas que frequentam Vila Nova de Milfontes no Verão. Existem locais abertos ao público e que são zonas de passagem e vendem shots a cinquenta cêntimos a miúdos e contra as minhas filhas falo, porque uma delas também bebeu.-----

-----E eu farto-me de alertar!-----

-----Estabelecimentos que não existem e laboram e matinés que desconhecia que não eram licenciadas, é um bom começo! Se a Autarquia realmente não quer saber, o que é que os pais podem fazer?-----

-----As minhas filhas dizem que todos os outros amigos vão, isto realmente é um problema social. Ou todos seguem a linha da legalidade e não se pode vender bebidas alcoólicas, não se pode vender tabaco (...) para podermos controlar as crianças.-----

-----Eu não vendo bebidas alcoólicas a miúdos, porque se eu não quero dar mau exemplo não posso fazer a mesma coisa com os filhos das outras pessoas”.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que disse que embora concordasse que não devia ser acessível a bebida aos jovens, também sabia que os jovens conseguiam adquirir-la por outros meios. Disse ainda que: “Nós também já fomos jovens e também já tentámos pisar o risco. (...) Isto de facto não é fácil, não é só com o proibir que lá se vai, o facilitar não ajuda, mas proibir drasticamente se calhar acabamos por piorar a situação.-----

-----Hoje, cada vez mais, as coisas estão ali à mão de semear e são fáceis. No meu tempo não era pior porque não havia dinheiro para gastar e não nos podíamos dar ao luxo de fazer essas coisas, mas era só por uma questão de dificuldades económicas”.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio,

que considerou que não seriam a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia as culpadas pela existência daquelas matinés, porque existiam muitas festas em garagens privadas e não seriam aquelas autarquias a agir, mas sim a GNR, no caso de existirem desacatos.-----

-----Considerou ainda que: “todos nós temos uma quota-parte de culpa, acho que os pais têm que ter um papel preponderante nesta questão. Por vezes fazem festas e levam a bebida de casa e se não bebem nas matinés, bebem cá fora (...). Em casa é que por vezes as melhores lições são dadas”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que considerou que a responsabilidade era de todos. Disse ainda que a Câmara Municipal tinha conhecimento dos casos que eram licenciados pela autarquia. Questionou ainda sobre a responsabilidade dos Conselhos Executivos das escolas nessa questão. Referiu ainda que relativamente a todos os problemas “postos em cima da mesa”, a Câmara Municipal interessava-se e tentava ajudar a resolver, dentro dos meios que tinham e as leis que existiam, porém e no presente caso existiam muitos problemas que eram laterais à Câmara Municipal.-----

-----Referiu também que todos os projectos de estabelecimentos comerciais de bebidas, de supermercados e outros, não tinham licenciamento de obra sem que o Serviço Nacional de Bombeiros aprovasse o projecto contra incêndios. Disse ainda que nenhuma licença ou autorização provisória de funcionamento era passada, sem que previamente fossem consultados o Centro de Saúde, os Bombeiros Voluntários de Odemira e outras entidades constantes na legislação própria.-----

-----Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que informou que, em tempos, na altura do Vinte e Cinco de Abril tinha sido solicitado o Espaço Jovem, no Mercado Municipal, para a realização de uma rave, tendo o mesmo sido cedido na condição de não haver a venda de bebidas alcoólicas. Disse ainda: “eu próprio desloquei-me lá para sentir o que se passava e uma das grandes descobertas que fiz, foi que não havia efectivamente venda de bebidas alcoólicas,

mas a garrafa do whisky estava dentro do autoclismo”.

-----Considerou ainda que era preciso haver uma grande responsabilidade dos pais, porque esse tipo de festas existiam sempre.

-----Referiu também que tinham de ter em conta que se tratava de um recinto improvisado que exigia um seguro e conferia um determinado licenciamento. Disse ainda que no caso exposto, a matiné tinha sido feita nos casões da EPAC que não eram da propriedade do Município, logo seria um caso particular.

-----Relembrou também que existia a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Odemira para fazer face a esse tipo de problemas sociais. Considerou ainda que não haveria nenhum empresário que conseguisse dizer que nunca tinha vendido uma bebida alcoólica a um menor de dezasseis anos, porque todos prevaricam.

-----Por último, disse: “todos nós temos que olhar para o que se passa na nossa casa, na nossa rua e no nosso bairro e olharmos para este problema na real dimensão que ele tem, não fazendo determinado alarmismo, mas com todo o cuidado e toda a atenção, porque nós sabemos que com os jovens, quando tapamos um caminho eles saem por outro”.

-----Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou que acreditava muito na prevenção, e bem assim que o assunto em questão já tinha sido abordado pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Odemira.

-----Referiu também que a Câmara Municipal não ignorava a questão e que já tinha havido uma reunião com o Presidente da citada Comissão, o Centro de Saúde de Odemira e a GNR, no sentido da prevenção dessa questão. Informou ainda que existia um estudo sobre a problemática do álcool no concelho de Odemira que indicava que a grande percentagem do início do consumo era em casa dos jovens, pelo que considerava que se tratava de um problema social.

-----Por último, informou que tinham um conjunto de iniciativas previstas, inseridas no projecto de Sinergias Sociais que incluíam a prevenção do álcool nos jovens.

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que em tempos tinham existido duas acções simultâneas, referentes à toxicodependência e ao álcool que tinham dado origem aos estudos anteriormente falados pelo Vereador Hélder Guerreiro e cujos resultados tinham sido espectaculares.-----

-----Referiu ainda que não tinham prosseguido para uma terceira fase daquele projecto, porque o Governo, na altura, tinha recusado as duas candidaturas.-----

-----Interveio novamente a senhora Anne Matos que relativamente à questão da emissão de licenças de utilização, disse que: “o senhor Presidente da Câmara tem conhecimento, concerteza de vários estabelecimentos cujo projecto de segurança contra incêndios não estava conforme a legalidade e foi passada licença de utilização (...).-----

-----Sobre o Quebramar tenho aqui um requerimento, é um bocado extenso, isto é o historial do que a Câmara Municipal tem feito em relação ao Quebramar”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “A questão do Quebramar tem sido por diversas vezes analisada na Assembleia Municipal e portanto eu aceitarei que fale sobre isso, para dizer alguma questão que não tenha sido ventilada em requerimentos anteriores”.-----

-----Solicitou ainda que a leitura do requerimento fosse resumida, porque de acordo com a alínea d) do número um do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, teria de tentar fazer um doseamento que permitisse a todas as pessoas colocarem as suas questões, neste período da Ordem de Trabalhos.-----

-----Interveio novamente a senhora Anne Matos que disse: “Sobre o Quebramar, tenho aqui um requerimento que vou entregar para apensarem à acta de hoje. Vou ler um resumo porque a maior parte das pessoas já sabem o que se passa.”-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “Se é um requerimento dirigido ao Presidente da Assembleia, ele será despachado em data oportuna, mas não será seguramente no decorrer desta Assembleia Municipal.-----

-----Não pode ser apenso à acta, porque primeiro tem de ser objecto de uma apreciação por parte do Presidente da Assembleia Municipal e não é hábito, nem tradição, nem está previsto na Lei que o Presidente da Assembleia Municipal no decorrer de uma sessão da Assembleia Municipal faça uma interrupção para despachar sobre o seu ou qualquer outro requerimento”.--

-----Interveio a senhora Anne Matos que disse o seguinte: “Não quero nenhum despacho, apenas quero juntar isto à acta, porque na lei não diz, nem sequer, se pode aceitar ou não pode aceitar. O senhor decidirá. Eu em vez de ler isto tudo quero sucintar, porque realmente é uma história de como a Câmara Municipal tentou fechar, tirar esgotos, tirar água, para chegar ao fim disto tudo ser obrigada a repor a água (...).-----

-----Quando o senhor Presidente da Câmara Municipal diz que não acata decisões provisórias ou intermédias, exactamente essa decisão intermédia ele teve de acatar, mas tivemos um ano a pagar a água por nossa conta. Tivemos um ano a ter prejuízo, agora vamos saber quem é que vai pagar este prejuízo, que na altura falamos que alguém seria responsável”.-----

-----Considerou ainda inacreditável que para consultar qualquer processo na Câmara Municipal tenha de o fazer através do Tribunal Administrativo.-----

-----Considerou também que o facto do Dr. Afonso Brigas não ter interposto recurso dentro do prazo previsto, tinha sido uma falha incrível, porque não tinha sido com uma diferença de dois a três dias, mas sim de cerca de quinze dias. Referiu também que o Dr. Afonso Brigas tinha a informação sobre o porquê de um Tribunal Administrativo de Primeira Instância ter conseguido ultrapassar uma decisão do Supremo.-----

-----Disse ainda: “Isto não é recurso nenhum, é uma nova suspensão de eficácia. O Dr. Afonso Brigas já desde essa altura sabia que este processo era válido e eficaz, teve foi a enganar a

Câmara Municipal”.-----

-----Por último, perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se pretendia actuar nos casos dos estabelecimentos existentes em Vila Nova de Milfontes, que não estavam em conformidade com a lei. Referiu que “(...) relativamente a vários processos de licenciamento existentes em Vila Nova de Milfontes, alguns que também já mencionei e outros que outras pessoas fizeram as suas queixas (...) considero favorecimento em todos os outros licenciamentos em que ele não actue, ele connosco fez tudo o que havia para fazer. Também aqui a Assembleia Municipal, já por diversas vezes denegou justiça, simplesmente tentou fingir que o problema não era com a Assembleia Municipal”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que discordou com a afirmação de que a Assembleia Municipal lhe tinha denegado justiça e lembrou a Proposta de Deliberação da Mesa da Assembleia Municipal, aprovada em tempos e que convidava as partes nesse litígio, ou seja a empresa Servipraia e a Câmara Municipal, através dos seus mandatários, a encontrarem uma forma de superar os diferendos que os dividiam.-----

-----Disse também: “Seguramente o que a Assembleia Municipal não poderá fazer é substituir-se aos tribunais na apreciação de questões que estão postas em tribunal em forma de processo. Isso seria portanto usurpação e seria confusão do exercício de poderes.-----

-----A Assembleia Municipal tem interferência e tem poderes nas questões políticas, não decide litígios.-----

-----Quanto à questão do favorecimento, se acha que o Presidente da Assembleia Municipal ou a Assembleia Municipal andou a favorecer quem quer que seja, é a sua opinião. Eu não comungo dessa opinião e tentei sempre dar resposta às questões que eram suscitadas. Agora não peça ao Presidente da Assembleia Municipal ou à Assembleia Municipal para exercerem competências que a lei, na minha modesta interpretação, não confere”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que solicitou que posteriormente

fosse extraída uma certidão de parte da acta da presente sessão para entregar ao Dr. Afonso Brigas, para que ele, se assim o entendesse, defendesse a sua honra, como homem e como advogado.-----

-----Referiu ainda que tanto ele como os Vereadores do Municipio de Odemira sempre se tinham pautado por princípios da legalidade e faziam despachos políticos, mediante os pareceres dos serviços, dos técnicos ou agentes. Considerou que se a Servipraia entendia que não havia legalidade nas licenças e autorizações passadas, poderia continuar a enviar processos para o IGAT e para o senhor Secretário de Estado e posteriormente haveriam os relatórios das inspecções que era o que vinha a acontecer há cinco anos, através das queixas apresentadas pelos senhores Anne Matos, Eduardo Matos, Vaquinhas de Aguiar e da Associação Flor.-----

-----Disse também que sempre tinha referido que qualquer decisão do tribunal, o Presidente da Câmara Municipal cumpria sem pejo nenhum. Referiu também que este processo ia ser objecto de análise, e bem assim informou que logo após a recepção do ofício do senhor Presidente da Assembleia Municipal, o qual remetia o requerimento da Servipraia sobre esse processo da água, uma vez que não tinha conhecimento através do tribunal e exactamente por se pautar pelo principio da legalidade, de imediato tinha produzido um despacho no sentido do restabelecimento da ligação da água.-----

-----Relembrou ainda que esse processo era apenas intermédio, havendo ainda a acção principal e disse que “nas decisões dos tribunais, as que são contra a Câmara Municipal, o Presidente da Câmara aceita, as que são a favor da Câmara Municipal também as faz cumprir”.-

-----Seguidamente e na sequênciac das constantes tentativas da senhora Anne Matos em intervir na presente sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse o seguinte: “Os tempos de intervenção têm de ser limitados (...) permita-me que evoque expressamente o que vem referido na alínea d) do número um do artigo cinquenta e quatro da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e

sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.-----

-----Peço-lhe que aceite isso e também uma outra disposição legal e não levará a mal que o cite, porque nos requerimentos da sua empresa costuma fazê-lo por diversas vezes, que é o número seis do artigo oitenta e quatro da mesma lei. Esta disposição legal tem que se coadunar com a outra anterior que acabei de ler. Isto tem de ter uma disciplina”.-----

-----Tendo em conta que a senhora Anne Matos insistia em interromper a sessão para voltar a intervir e não tinha tido autorização por parte da Mesa da Assembleia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou o disposto no número quatro do artigo oitenta e quatro da lei supra mencionada.-----

-----Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos membros deste órgão, o senhor Presidente da Assembleia interrompeu a sessão para intervalo, pelas vinte e três horas e quarenta minutos.-----

-----Pelas vinte e quatro horas, depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos.--

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que colocou à consideração dos presentes a inclusão de mais dois pontos no Período da Ordem do Dia, com o seguinte título: “Ponto sete: Regimento dos Membros da Assembleia Municipal do Concelho de Odemira (Quadriénio 2005/ 2009): apreciação e deliberação; Ponto oito: Acordo de Cooperação com todas as Freguesias do Município de Odemira: apreciação e deliberação”.-----

-----Esta proposta de inclusão foi aprovada por consenso.-----

-----**III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO QUE VEIO INTRODUIR ALTERAÇÕES À LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, reportando-se à quadragésima terceira folha do relatório, disse que as colunas do gráfico da direita não correspondiam aos números a que se referiam.-----

----Por último, em relação ao relatório no geral, disse que: “pareceu-me que houve aqui um visual diferente e algumas alterações, para mim tornou-se mais perceptível”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que tinha sido solicitado aos serviços que produzissem um documento mais simples e sistematizado, tendo em conta as várias queixas havidas nas sessões da Assembleia Municipal.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se à trigésima quinta folha do relatório, questionou o porquê do “Fornecimento e Montagem de ETAR Compacta para o Castelão” se encontrar “Suspensa”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que tinham vários processos semelhantes com três e quatro anos, por causa do licenciamento da CCDRA. Disse ainda que a suspensão por noventa dias tinha sido deliberada em reunião do Executivo Municipal.-----

-----Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que referindo-se à trigésima oitava folha do relatório, disse que a escola de Luzianes-Gare não vinha mencionada na listagem de escolas que iriam ser objecto de remodelação. Disse também: “A escola de Luzianes-Gare, tem muitos anos, não obstante ela esteja com uma boa aparência, porque tem havido algum cuidado nas suas pinturas, no seu arranjo interior, mas o que é facto é que ela, em meu entender, corre algum perigo, porque já por uma vez a chaminé desabou e um bocado dos beirais que também são antigos”.-----

----Referindo-se à quadragésima primeira folha do relatório, lembrou que a electrificação das zonas de Estavas e Bailadouro não vinha mencionada no mapa, apesar do levantamento topográfico ter sido feito conjuntamente com o da Padrona.-----

-----Por último, disse que posteriormente falaria com o Presidente da Câmara sobre a passagem de nível.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que as escolas tinham sido divididas por “pacotes” e eram agrupadas segundo as orientações que recebiam da CCDRA. Quanto às electrificações, disse que os projectos de electrificação eram agrupados segundo indicação da EDP e a potência dos Postos de Transformação e bem assim informou que a Câmara Municipal vinha cumprindo rigorosamente o que anteriormente tinha sido afirmado e à medida que os projectos vinham chegando, iam electrificando.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto dois:** RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS – 2005: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que passou a palavra ao Dr. Rui Silva, da Divisão Financeira do Município de Odemira, para fazer uma apresentação do Relatório de Prestação de Contas do ano transacto, que seguidamente se transcreve e que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão.-----

-----“RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS 2005:- Procedeu-se à apreciação da Relatório de Gestão e Prestação de Contas referente ao ano de 2005, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL).-----

-----Depois de analisados os referidos documentos, que vão ficar arquivados no maço de documentos respeitantes à presente acta, a Câmara Municipal deliberou aprová-los, por maioria, com três votos a favor dos Eleitos pelo Partido Socialista e três votos contra dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, tendo o Senhor Presidente da Câmara exercido o seu voto de qualidade, e bem assim, submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----Os Senhores Vereadores da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentaram a Declaração de Voto, que a seguir se transcreve:-----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO-----

-----A Prestação de Contas que apreciamos, referente à gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2005, parece-nos que se encontra bem elaborada nos termos da legislação vigente, não merecendo da nossa parte qualquer reparo em termos formais.-----

-----No que respeita à Execução Orçamental verificamos que a **receita** inicialmente prevista de 35.005.000,00€, com as alterações efectuadas durante o ano de 2005 passou para 37.252.319,80€, mas efectivamente apenas teve de execução 27.024.075,08€, e embora tenha havido um aumento em Impostos Directos e Indirectos, (mais 700.000,00€), e as transferências do Orçamento de Estado se tenham mantido idênticas ao ano anterior, houve uma derrapagem, muito acentuada nas transferências de capital previstas, em mais de 5.000.000,00€.-----

-----Quanto à **despesa** verificamos que as despesas correntes aumentaram em relação ao inicialmente previsto em mais de 1.000.000,00€ e as despesas de capital referentes ao investimento, teve uma queda em relação ao inicialmente previsto de mais de 8.000.000,00€, o que demonstra bem a falta de capacidade de reivindicar, de projectar e gerir correctamente o desenvolvimento harmonioso de que tanto necessita o nosso Concelho.-----

-----Não compreendemos por outro lado, por mais que se invoque a necessidade de recorrer a empréstimos, para responder às necessidades e bem-estar da nossa população, se tenham contraído empréstimos, cujo montante é de 14.325.026,36€ e até 31 de Dezembro de 2005 apenas se tenham utilizado 9.821.435,40€.-----

-----Todos estes empréstimos foram contraídos para que se executassem obras necessárias e urgentes para “a melhoria da qualidade de vida da população”, que votámos favoravelmente, no entanto temos de lamentar que quase 5.000.000,00€ estejam por aplicar, perdendo-se “a excelente oportunidade de arrancar com novos investimentos”, que serviu de justificação,

quando da exposição da necessidade do endividamento, apresentada pelo Senhor Presidente ao Executivo e Assembleia Municipal.-----

-----Com atitudes destas, as razões invocadas perante os eleitos e a população, fica bem demonstrada a falta de rigor.-----

-----É por este conjunto de razões que votamos contra a Prestação de Contas do ano de 2005.-----

-----Odemira, 13 de Abril de 2006-----

-----Os eleitos-----

-----a) - Cláudio José dos Santos Percheiro-----

-----a) – Manuel da Silva Cruz-----

-----a) – Abílio José Guilherme Bejinha”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação do presente assunto, o qual foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto três: 4ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E 2ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PARA O ANO DE 2006:** Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.-----

-----“4.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 2006: 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA; 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 2.ª REVISÃO AO PLANO

PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:- Procedeu-se à apreciação da 4.^a Modificação Orçamental relativa ao ano de 2006, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 2.^a Revisão ao Orçamento da Receita, na 2.^a Revisão ao Orçamento da Despesa e na 2.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, e que apresentavam os seguintes valores: -----

-----ORÇAMENTO DA RECEITA:-----

-----Inscrições/Reforços: 784.115,49 € (setecentos e oitenta e quatro mil, cento e quinze euros e quarenta e nove cêntimos);-----

-----Diminuições/Anulações: 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros);-----

-----ORÇAMENTO DA DESPESA:-----

-----Inscrições/Reforços: 969.615,49 € (novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e quinze euros e quarenta e nove cêntimos);-----

-----Diminuições/Anulações: 188.000,00€ (cento e oitenta e oito mil euros);-----

-----PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:-----

-----Inscrições/Reforços: 434.000,00€ (quatrocentos e trinta e quatro mil e euros);-----

-----Diminuições/Anulações: 434.000,00€ (quatrocentos e trinta e quatro mil e euros);-----

-----Depois de analisados os referidos documentos, que vão ficar arquivados no maço de documentos respeitantes à presente acta, a Câmara Municipal deliberou aprová-los, por maioria, com três votos a favor dos Eleitos pelo Partido Socialista e três votos contra dos Eleitos pela Coligação Democrática Unitária, tendo o Senhor Presidente da Câmara exercido o seu voto de qualidade, e bem assim, submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação do presente assunto, o qual foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido

Socialista, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto quatro:** AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO – ACORDO DE COLABORAÇÃO: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.-----

-----“AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO – ACORDO DE COLABORAÇÃO:- Foi presente a Informação n.º 193 de 28/03/2006, proveniente da Divisão de Educação e Cultura, a remeter a minuta de Acordo de Colaboração a celebrar com os agrupamentos de escolas do Concelho, para dar conhecimento e para aprovação da Excelentíssima Câmara.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos e remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.”-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que considerou que o assunto em causa poderia ter sido encaminhado noutra sentida, porque haviam rubricas que correspondiam a delegação de competências nas freguesias e que seriam retiradas para serem entregues aos Agrupamentos de Escolas.-----

-----Considerou ainda que as Juntas de Freguesia do Concelho tinham sido “um pouco passadas à margem da negociação que tinha sido feita no protocolo”.-----

-----Disse também: “Houve uma reunião com os Presidentes dos Agrupamentos, onde foram faladas essas alterações e só posteriormente foi dado conhecimento às Juntas de Freguesias das modificações que iriam ser feitas. E isso, a meu ver, não foi a situação mais correcta e pelo que me tenho apercebido o funcionamento piorou a nível das pequenas reparações”.-----

-----Por último, referiu que não entendia o porquê de, no mapa dos Agrupamentos, os alunos estarem mencionados em meios.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que perguntou a que correspondia a verba dos vinte e cinco e quarenta euros.-----

-----Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou que os valores em causa relacionavam-se com as alíneas da terceira cláusula da Minuta do Acordo de Colaboração. Disse também que iriam avaliar no final do corrente ano lectivo a questão das reparações.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto cinco:** FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE BEJA – CONVITE PARA SÓCIO DA FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE BEJA:

Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE BEJA – CONVITE PARA SÓCIO DA FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE BEJA: - Foi presente o ofício n.º 17/06, datado de 13/03/2006, da Federação dos Bombeiros do Distrito de Beja, convidando este Município para que se torne sócio contribuinte daquela Federação.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tornar o Município sócio contribuinte colectivo da Federação dos Bombeiros do Distrito de Beja, com a quota anual de

100,00 € (CEM EUROS), devendo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”.

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação do presente assunto, o qual foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.

-----**Ponto seis:** PROPOSTA DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TURISMO DE ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.

-----“PROPOSTA DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TURISMO DE ODEMIRA:- Foi presente a Informação n.º 223, datada de 05/04/2006, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social – Turismo, propondo a extinção da Zona de Turismo de Odemira, tendo por base a interdição de promoção externa às Regiões e Zonas de Turismo. Actualmente, está sob dependência das agências regionais, que, no caso do Alentejo, é a ARPTA, Agência Regional para a Promoção Turística do Alentejo. Neste contexto, a Comissão Municipal de Turismo de Odemira propôs a adesão do Município de Odemira à Região de Turismo Planície Dourada, que é associada da Agência Regional.

-----Depois de devidamente apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser presente para apreciação e deliberação à Assembleia Municipal”.

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que questionou se os interesses da população do concelho de Odemira a nível de promoção

turística, ficavam melhor defendidos.-----

-----Interveio o senhor Valdemar Silvestre que perguntou se as verbas provenientes do IVA turístico já tinham acabado. Relembrou também que, na altura, tinham decidido pela criação da Comissão Municipal de Turismo porque, para além das verbas do IVA turístico, também pesava o facto do concelho de Odemira querer “marcar pela diferença” em relação ao resto do Alentejo.-----

-----Por último, questionou se já tinham ponderado bem as consequências da adesão à Região de Turismo Planície Dourada, e bem assim se o Município de Odemira era obrigado a efectuar essa adesão.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que disse: “Tive em workshop’s em Bilbão como empresário que era e sou e estávamos nessa altura integrados na Planície Dourada. O que acontece é que as pessoas que chegavam para ver os produtos, quando (Milfontes e São Teotónio) apresentavam praias, ficavam admirados, esperavam ver só planície, trigo, azinheiras, etc”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que, na altura, tinham decidido pela criação da Comissão Municipal de Turismo de Odemira com base num fundamento e numa motivação, no entanto nos últimos anos todas as Comissões Municipais de Turismo tinham vindo a ser extintas.-----

-----Considerou ainda que não era oportuno estarem a vender o “turismo aos pedaços”, tendo em conta a dimensão do país.-----

-----Informou também que actualmente existia um produto que se chamava “Alentejo” que tinha a especificidade (o trigo e a seara) e também tinha o litoral e no Distrito de Beja, o Município de Odemira era o único que apresentava mar. Disse ainda que “nos últimos anos já tivemos de entrar nas promoções conjuntas, porque de facto o Alentejo, neste momento, era promovido em pacote e por isso se formou a ARPTA – Agência Regional para a Promoção

Turística do Alentejo”.-----

-----Por último, referiu que se previa o desaparecimento das diversas zonas de turismo, para surgir apenas uma única zona global para o Alentejo. Disse também: “Nós estamos a dar o passo em frente antecipando o que vai acontecer, porque a Comissão Municipal de Turismo de Odemira vai ser extinta por lei. Eu acho que a mesma dignidade que a Câmara Municipal teve na formação que se tenha na extinção, porque nós estamos a andar em frente e a tratar, quanto a mim muito bem, aquilo que há-de se o concelho em termos turísticos”.-----

-----Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro, que informou que a presente proposta centrava-se em dois pontos, sendo um relacionado com o isolamento da Comissão Municipal de Turismo de Odemira em termos de promoção externa. Referiu também numa perspectiva macro-externa, ninguém via a promoção turística concelho a concelho, e bem assim considerou que o nome “Alentejo” era associado ao produto e era cada vez mais uma referência.-----

-----Revelou ainda que já não estava nas “mãos” das associações ou das próprias regiões a promoção turística, mas sim através de uma agência, a ARPTA.-----

-----Por último, considerou que o Município de Odemira tinha um peso fortíssimo, preponderante e que de facto poderia ser uma boa marca dentro da Região de Turismo Planície Dourada, dando como exemplo a promoção turística “Escapadinha” que tinha tido uma grande adesão por parte dos empresários do Concelho de Odemira.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que disse: “É apenas uma clarificação, primeiro é a extinção e depois é a autorização para o início do processo de adesão, porque não se está a dizer já que há uma adesão directa”.-----

-----Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que referiu que havia alguns anos que Odemira se vinha integrando na marca “Alentejo” e a marcar pontos. Referiu também que a dinâmica que tinha sido a base da criação, na altura, da Comissão Municipal de Turismo de Odemira, actualmente estava invertida.-----

-----Por último, disse: “A Região de Turismo Planície Dourada está de braços abertos para receber Odemira e para adequar o nome da planície. E a grande luta foi dar mar ao Alentejo. E está assumida pelo actual Presidente da Região de Turismo Planície Dourada que diz que o mar precisa de ser um emblema que vai fortalecer a marca Alentejo”.-----

-----Interveio novamente o senhor Vereador Cláudio Percheiro, que disse: “(...) os custos vão caber-nos a nós novamente, nós não vamos ficar sem custos nas coisas, podemos vir a beneficiar, mas o benefício que tínhamos actualmente já era um benefício que era em conjunto, não vão ser por aí mundos e fundos”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referindo-se ao primeiro considerando da proposta/ parecer sobre o assunto em causa, considerou que o Município de Odemira não poderia fazer a promoção do seu produto turístico fora da Região de Turismo.-----

-----Interveio novamente o senhor Vereador Carlos Oliveira que disse: “Efectivamente custava dinheiro à Câmara Municipal de Odemira promover-se e até ao final de mil novecentos e noventa e sete custava o mesmo que à Região de Turismo no seu todo, ou seja havia uma divisão por três Regiões de Turismo, mais duas Comissões Municipais de Turismo (Elvas e Odemira), em que todos pagavam por igual. Foi efectivamente a primeira coisa que o Executivo Municipal em mil novecentos e noventa e oito alterou, porque não podíamos estar, na prática, a pagar a promoção de Beja, Évora e Portalegre, daí que baixou para metade a comparticipação do concelho de Odemira, mantendo os mesmos níveis de promoção”.-----

-----Interveio o senhor Raul Tomás que perguntou se a estrutura que tinha competência para fazer a promoção do concelho no exterior, era governamental e quem a integrava. Disse também: “Como Odemira apura as receitas para pagar? É do orçamento? É através dos promotores turísticos? Existe algum estudo que nos indique quantas camas temos no concelho? As que pagam e as que não pagam? Sinto-me perdido em termos de equilíbrio de fluxos de recursos”.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que disse o seguinte: “Costumo ouvir promessas de mundos e fundos para Odemira. Eu sou Alentejano com muito orgulho, mas sou um pouco avesso ao Alentejo global”.

-----Perguntou ainda se na Região de Turismo Planície Dourada apenas existia mar no Município de Odemira.

-----Por último, questionou se a presente proposta assentava numa decisão de consciência ou se seria apenas uma decisão económica.

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a adesão em causa era o formalizar do que já acontecia actualmente. Referiu ainda que as várias Regiões de Turismo existentes no Alentejo eram unidades independentes umas das outras, mas que em termos de articulação para promoção se congregavam na ARPTA.

-----Disse ainda que actualmente não era possível fazer promoção turística apoiada pelo orçamento de Estado ou pela Europa, sem que fosse ao nível das quatro regiões.

-----Interveio novamente o senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou que a ARPTA era uma parceria publico-privada, podendo inclusive ter como sócios alguns empresários turísticos e fazia a promoção dos produtos da marca “Alentejo”.

-----Referiu ainda que com a adesão do Município de Odemira, estavam perante um produto novo que era o mar, o sol e a praia que vinha destabilizar um pouco a ideia da planície dourada. Relativamente às camas turísticas, informou que existiam vários estudos sobre o assunto, parciais e globais, e bem assim referiu que no concelho de Odemira existiam cerca de três mil camas legais. Considerou também que no concelho de Odemira a oferta a nível de alojamento, restauração e animação turística deveria ser trabalhada.

-----Por último, informou que a proposta em causa tinha sido decidida em consciência, porque se tratava de um trabalho que já vinha de há algum tempo, e bem assim por considerarem ser a mais vantajosa para o Município de Odemira, principalmente para os seus empresários.

-----Interveio o senhor Raul Tomás que disse: “Em relação ao licenciamento, eu lembro-me que quando se licenciavam empreendimentos turísticos no Fundo de Turismo, a partir de certa altura, a Comissão Municipal de Turismo era ouvida para dar parecer. Ao transferirmos esta dinâmica para a Região de Turismo Planície Dourada, se tivermos uma representação forte, são as entidades que gerem estas comissões que decidem e influenciam o licenciamento turístico do nosso concelho?-----

----Perdemos autonomia nesse licenciamento ou é meramente um acto publicitário e não tem a ver com os licenciamento?”-----

-----Interveio novamente o senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu: “Os meus companheiros Vereadores estão muito afirmativos que só temos muito a ganhar. Eu tenho que dizer que talvez não seja bem assim e quem conhece a história como o Presidente conhece, o que foi a luta que nós tivemos para não sermos tratados como os filhos pobres, foi por isso que criámos a Comissão Municipal de Turismo de Odemira.-----

----E nada nos diz que ao aderirmos à Região de Turismo Planície Dourada não passemos a ser tratados novamente como os parentes pobres”.-----

--Referiu também que as razões que tiveram por base a presente proposta assentavam no facto de já não receberem a verba e porque o Tribunal de Contas entendeu que a Comissão Municipal de Turismo de Odemira deveria ter, a nível contabilístico, depósitos à parte e movimentos à parte.-----

----Por último, disse que a Comissão Municipal de Turismo de Odemira deixaria de emitir pareceres, passando os mesmos para a esfera da Região de Turismo Planície Dourada.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que ninguém estava a fazer triunfalismo. Relembrou que a Comissão Municipal de Turismo emitia apenas declarações de interesse.-----

----Referiu também que o passo que estavam a dar era inevitável e que não seriam tratados

como “os parentes pobres”, porque tinham acautelado algumas questões. Considerou ainda que o peso que o Município de Odemira iria ter na Região de Turismo Planície Dourada seria significativo, e bem assim que não tinham nada a perder, em termos de mais valias.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e quatro membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto sete:** REGIMENTO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA (QUADRIÉNIO 2005/ 2009): Foi novamente presente o documento em causa, o qual contemplava as alterações aprovadas pelo Grupo de Trabalho da Assembleia Municipal, reunido no dia um de Abril do corrente ano e cujos documentos ficaram arquivados no maço de documentos da presente sessão.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que considerou que o Regimento deveria incluir alguma alínea sobre as gravações das sessões, nomeadamente equacionar a hipótese de mantê-las activas depois das respectivas actas serem aprovadas.-----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que disse: “Parece-me que esta Assembleia Municipal poderá deliberar de imediato que sejam destruídas essas gravações, para evitar de facto futuros conflitos”.-----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que tinha algumas dúvidas, nomeadamente no terceiro artigo, não deveria mencionar a palavras “poderes”, mas sim “legitimidade”, porque os primeiros estavam regulamentados na lei geral das atribuições e competências; no artigo décimo oitavo, ao vir mencionado “certidões comprovativas”, estavam

a impor uma limitação aos cidadãos e não era esse o espírito da Assembleia Municipal, nem o que vinha mencionado na lei geral, que apenas referia que os cidadãos tinham de estar inscritos no recenseamento eleitoral; no vigésimo artigo, as alíneas não faziam sentido e o artigo vigésimo segundo poderia incluir a questão das gravações das sessões.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que propôs que o Grupo de Trabalho reunisse uma terceira vez, tendo em conta os vários contributos produzidos.-----

-----Interveio novamente o senhor Vereador Cláudio Percheiro que considerou que o texto do artigo vigésimo quinto deveria ser alterado, porque a Câmara Municipal não propunha a Ordem do Dia e sugeriu que se substituísse a expressão “sob proposta da Câmara Municipal”, por “contendo as propostas da Câmara Municipal”.-----

-----Por último, referindo-se ao artigo vigésimo sexto perguntou se o período para a intervenção do público sério no início de cada reunião.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que disse: “Pelo que percebi, nem todas as Câmaras Municipais procedem às gravações das Assembleias Municipais, por conseguinte isso não é uma obrigatoriedade legal, isto é mais uma questão de conveniência de serviço, para facilitar o serviço de quem tem que redigir a acta.-----

-----Sendo assim, se não há nada na lei, apenas deve ser utilizada como auxiliar para quem faz a acta, assim que se acerte definitivamente o texto, penso que isto deixa de se justificar”.-----

-----Interveio o senhor Ricardo Cardoso que considerou que a Assembleia Municipal poderia deliberar que as gravações só serviriam para apoio da elaboração da acta, também poderiam deliberar que as mesmas não seriam cedidas a ninguém.-----

-----Interveio o senhor José Ribeiro que lembrou: “No tempo do fascismo era obrigatório nas estações de rádio haver um gravador contínuo. Durante três meses tinha-se de guardar tudo aquilo que se dizia dentro da estação da rádio. A bobine era guardada num arquivo especial e só tinha direito a essas gravações, o próprio governo e nenhuma pessoa poderia levar a bobine,

podia apenas se fazer uma audição à pessoa no local”.-----

-----Por último, referiu que se deveria deliberar no sentido de serem destruídas as gravações.---

-----Interveio o senhor Raul Tomás que considerou que se tratava de um falso problema. Disse que: “Sabemos o que consta nas actas, por isso não temos que ter medo da gravação, é um acto histórico, é história. Não estou de acordo em acabar com as gravações”.-----

-----Em face das intervenções havidas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que a votação da proposta de Regimento em causa, fosse adiada até à nova reunião do Grupo de Trabalho, tendo em conta os novos contributos.-----

-----Esta proposta foi aprovada por consenso.-----

-----**Ponto oito:** ACORDO DE COOPERAÇÃO COM TODAS AS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.-

-----“ACORDO DE COOPERAÇÃO COM TODAS AS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA:- Foi presente o Acordo de Cooperação com todas as Freguesias do Município de Odemira, tendo por objectivo regular o apoio financeiro em pequenos investimentos no âmbito das responsabilidades das Freguesias, no ano de 2006.-----

-----Foram feitas várias sugestões pelos Senhores Vereadores da CDU-Coligação Democrática Unitária, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar o presente Acordo de Cooperação, e bem assim, conceder plenos poderes ao Senhor Presidente da Câmara, para outorgar em representação do Município.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que perguntou sobre o critério utilizado para a distribuição da verba, por freguesia.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a verba, por freguesia, consistia na diferença que faltava para perfazer o valor que tinham recebido no ano transacto.---

-----Quanto à distribuição das verbas por freguesia, informou que, em tempos, solicitaram às Juntas de Freguesia para constituírem uma Comissão de Análise da referida distribuição.-----

-----Por último, informou que na questão das verbas para reparação de caminhos, tinham decidido fazer a distribuição proporcionalmente à área de cada freguesia, porque não havia uma rede cadastrada correcta dos caminhos existentes.-----

-----Interveio o senhor Raul Tomás que disse: “Estas verbas é para fazerem pequenas obras e qual o valor máximo dessas obras? E as freguesias têm autonomia técnica ou é só financeira?-----

-----Quando as obras são avultadas não podem as Juntas de Freguesia substituírem-se aos técnicos, porque depois vêm-se arranjos de caminhos que não têm valetas, nem atravessamentos, nem têm nada (como no Cavaleiro) e por esse motivo vou votar contra isto”.--

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que era prática corrente que quando as obras não fossem apenas a substituição de manilhas, as Juntas de Freguesia se apoiassem nos técnicos da Câmara Municipal.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que disse: “Se cada Junta de Freguesia que tiver de arranjar um caminho de quinhentos metros, tiver de contratar um arquitecto ou um engenheiro para pôr um bocado de terra, não sei que caminhos é que as Juntas de Freguesia podiam arranjar.-----

-----Nos caminhos vicinais faz-se o que se pode. Nos grandes projectos, tenho um em curso que são os Balneários de São Teotónio, é a lei que determina o modo de execução, que pode obedecer a concursos públicos, desde que ultrapasse determinadas verbas e tudo é feito com o apoio da Câmara Municipal de Odemira”.-----

-----Interveio novamente o senhor Raul Tomás que disse: “Realmente para fazer alguns

projectos não precisam de arquitectos ou engenheiros, mas para arranjar um caminho e gastar dinheiros públicos (em máquinas, mão de obra, etc) tem que haver alguém que consiga explicar quem gasta o dinheiro sem critério, por mero sentimento.-----

-----Se for preciso vamos dar uma volta pelo concelho e pelo menos na zona de São Teotónio eu mostro. Aquele dinheiro é mal gasto, fica ali um trabalho que dura dois ou três meses, vem a chuva e vai-se tudo embora”.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que referiu que existiam estradas cujas obras eram acompanhadas por técnicos e as reparações eram constantes e deu como exemplo a estrada que ligava Cercal ao Garvão.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que era evidente que não havia dinheiro para fazer aquilo que tecnicamente se devia fazer.-----

-----Por último, disse que estavam a falar de verbas que eram importantes no cômputo geral, mas destinavam-se às pequenas reparações.-----

-----Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referiu que não havia verba suficiente para fazerem as devidas reparações nos caminhos, pelo que anualmente optavam por seleccionar dois ou três dos caminhos que estavam em piores condições, para tentarem reparar o melhor que podiam.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e

dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas três horas do dia vinte e oito de Abril.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----